

Imaginações dissidentes em *La visita de Bolívar* (2018):

Um debate entre Literatura, Sociologia e História

Dissident imaginations in *La visita de Bolívar* (2018):

A dialogue between Literature, Sociology and History

Aline Afonso Almeida¹

Centro Universitário Internacional - UNINTER

Erykah Rodrigues dos Santos Iturriet²

Centro Universitário Internacional - UNINTER

Hugo Eliecer Dorado Mendez³

Centro Universitário Internacional - UNINTER

Keila dos Santos Lima Ferreira⁴

Universidade Estadual de Feira de Santana - UEFS

Resumo: Neste artigo, propomos um debate na esteira da encruzilhada sobre as relações entre Literatura, História e Sociologia, articulando-as ao pensamento decolonial como estratégia crítica para a reinterpretação do passado da América Latina. Esse debate surge da seguinte inquietação: de que maneira a sociologia e a história podem contribuir para a análise literária e a formação do leitor literário decolonial? Partindo da concepção de que a Literatura figura como um espaço privilegiado de desobediência epistêmica, buscamos investigar como as narrativas ficcionais podem operar na desestabilização das ficções de poder e na formação de leitores literários decoloniais. Para auxiliar este percurso, recorreremos aos postulados teóricos de Freire (2021), sobre a leitura crítica do mundo, bem como as discussões sobre letramento, silenciamento, desobediência epistêmica e ficções de poder formuladas, respectivamente, por Soares (2004), Kilomba (2019), Mignolo (2007) e Mombaça (2021). A partir desse referencial teórico, defendemos a constituição de uma encruzilhada produtiva entre Literatura, História, Sociologia e decolonialidade. Para tanto, tomamos como *corpus* de análise o novo romance histórico latino-americano *La visita de Bolívar* (2018), de Herbert Morote. Interessa-nos, neste estudo, demonstrar como os recursos literários podem operar como dispositivos de desobediência

¹ Graduanda do curso de Bacharelado em Letras do Centro Universitário Internacional (UNINTER). Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4734958700708345>. E-mail: afonsoalmeida.aline@gmail.com.

² Graduanda do curso de Bacharelado em Sociologia do Centro Universitário Internacional (UNINTER). Mestranda em Ensino pela Universidade Federal do Pampa. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6392176787587178>. E-mail: ErykahRodrigues@outlook.com.

³ Professor no Centro Universitário Internacional (UNINTER), nos cursos de Letras e História. Doutor em Letras, pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná. Membro do Grupo de Pesquisa cadastrado no CNPq: “Ressignificações do passado na América: processos de leitura, escrita e tradução de gêneros híbridos de história e ficção vias para a descolonização”, coordenado pelo professor Dr. Gilmei Francisco Fleck. Professor da Educação Básica. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9695348880247074>. E-mail: hugodorado@yahoo.com.

⁴ Mestranda em Estudos Literários, pela Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS). Especialista em Educação Digital, pela Universidade do Estado da Bahia (UNEB). Graduada em Letras com Habilitação em Língua Portuguesa e Literatura, pela Universidade do Estado da Bahia (UNEB). Membro do Grupo de Pesquisa cadastrado no CNPq: “Ressignificações do passado na América: processos de leitura, escrita e tradução de gêneros híbridos de história e ficção vias para a descolonização”, coordenado pelo professor Dr. Gilmei Francisco Fleck. Docente da Educação Básica. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5372841838541186>. E-mail: keilasantos130@gmail.com.

epistêmica, contribuindo para a desimaginação de narrativas coloniais estabilizadas. Com isso, o estudo evidencia a articulação entre imaginação sociológica e literária, abrindo espaço para outras memórias, vozes e interpretações do passado latino-americano.

Palavras-chaves: Literatura; Sociologia; História; Ficções de poder; *La visita de Bolívar* (2018).

Abstract: In this article, we propose a discussion at the crossroads of the relationship between Literature, History and Sociology, articulating these fields with decolonial thought as a critical strategy for reinterpreting Latin America's past. This debate emerges from the following concern: how can sociology contribute to literary analysis and, conversely, how can literary analysis enrich sociological inquiry? Departing from the understanding of literature as a privileged space for epistemic disobedience, this study investigates how fictional narratives can operate in destabilizing fictions of power and to create more critical readers. To support this analysis, we draw on the theoretical contributions of Freire (2021) regarding the critical reading of the world, as well as discussions on literacy, silencing, epistemic disobedience, and fictions of power developed, respectively, by Soares (2004), Kilomba (2019), Mignolo (2007), and Mombça (2021). Based on this theoretical framework, we argue for the constitution of a productive crossroads between Literature, History, Sociology, and decoloniality. To this end, the corpus of analysis is the new Latin American historical novel *La visita de Bolívar* (2018), by Herbert Morote. This study seeks to demonstrate how literary devices may function as instruments of epistemic disobedience, contributing to the de-imagination of stabilized colonial narratives. In doing so, it highlights the articulation between sociological and literary imagination, opening space for other memories, voices, and interpretations of the Latin American past.

Keywords: Literature; Sociology; History; Fictions of power; *La visita de Bolívar* (2018).

Submetido em 1 de março de 2026.

Aprovado em 21 de julho 2026.

Introdução

Inicialmente, este texto busca contribuir com a grande rede de conhecimentos que se estende por toda a América Latina a respeito da relação entre Literatura, História e Sociologia. Vinculado às discussões epistemológicas contemporâneas, este artigo não pretende se confinar no academicismo das proposições metodológicas que inviabilizam a intelectualidade ao seu senso de exploração criativa. Antes, buscamos expandir as discussões por outras veredas, procurando escapar da rigidez do formalismo acadêmico que, frequentemente, mantém-se circunscrito a seus próprios pressupostos alienantes, como aponta Mészáros na sua obra *Filosofia, ideologia e ciências sociais: ensaios de negação e afirmação* (2008).

A ideia de pressupostos alienantes de Mészáros (2008) é fruto de uma análise epistemológica sobre os enunciados bases da teoria social clássica e suas respectivas correntes no século XX. Em sua análise, o teórico observa que as proposições que sempre acompanhavam um tipo de ordem social teorizada se fechavam em justificativas dadas por palavras de ordem que não carregavam consigo a necessidade de transformação da sociedade,

fazendo com que a teoria social se paralisasse em pressupostos que circulavam em si mesmos. Dessa forma, não conseguiam tratar do fazer da realidade social que, por hora, recriava-se a partir dos próprios enunciados.

Para tornar essa discussão concreta, tomamos como *corpus* a obra *La visita de Bolívar* (2018), do literato peruano Herbert Morote, que tensiona a figura heroica de Simón Bolívar e revela a historicidade das ficções que sustentam seu mito. A partir da análise desse romance histórico contemporâneo, buscamos evidenciar como os recursos literários e as estratégias narrativas podem operar como dispositivos de desobediência epistêmica conforme propõe Mignolo (2007). Segundo o teórico, a desobediência epistêmica é uma postura que procura desestabilizar a centralidade epistêmica eurocêntrica e reivindicar a legitimidade de saberes historicamente subalternizados. Nesse sentido, o conceito formulado pelo pesquisador constitui um passo fundamental para projetos de descolonização política, ao atuar contra estruturas de poder coloniais que organizam a produção do conhecimento, abrindo brechas para leituras críticas do passado que dialogam com epistemologias fronteiriças e dissidentes.

A análise do romance, contudo, não se realiza de forma isolada, mas está ancorada em uma concepção teórica que entende a literatura como prática social e epistêmica. Logo, a escolha do *corpus* permite uma compreensão mais ampla da literatura como campo privilegiado de disputa epistêmica, sobretudo quando mobilizada para reconfigurar criticamente narrativas históricas hegemônicas e suas ficções de poder (Mombaça, 2021).

O conceito de “ficções de poder”, desenvolvido por Jota Mombaça (2021), baseia-se em uma representação narrativa dotada de tamanha força ideológica que, por serem repetidas e institucionalizadas, passam a produzir efeitos concretos. Essas ficções orientam os modos de compreender a realidade e de organizar as relações de poder. Desse modo, determinadas interpretações da realidade são percebidas como naturais, enquanto outras são deslegitimadas.

É justamente diante desse processo de naturalização que a noção de Freire (2021) de leitura crítica do mundo nos ajuda a compreender a articulação entre literatura, história, sociologia e decolonialidade aqui proposta. Consoante o estudioso, ler não se resume à decodificação de palavras, mas envolve a interpretação crítica da realidade, uma vez que “a leitura do mundo precede a leitura da palavra, daí que a posterior leitura desta não possa prescindir da continuidade da leitura daquele” (Freire, 2021, p. 36). Essa compreensão aproxima a leitura das práticas sociais concretas, distanciando-a de uma perspectiva somente técnica.

Em continuidade à concepção freireana, Magda Soares (2004, p. 37) nos oferece uma contribuição importante sobre letramento, ao afirmar que:

[...] socialmente e culturalmente, a pessoa letrada já não é a mesma que era quando analfabeta ou iletrada, ela passa a ter uma outra condição social e cultural – não se trata propriamente de mudar de nível ou de classe social, cultural, mas de mudar seu lugar social, seu modo de viver na sociedade, sua inserção na cultura – sua relação com os outros, com o contexto, com os bens culturais torna-se diferente.

Ao associar essas perspectivas à análise literária, compreendemos a obra de ficção como espaço privilegiado para problematizar narrativas hegemônicas, uma vez que a literariedade que a constitui permite visibilizar conflitos, silenciamentos e contradições historicamente naturalizados. Assim, a leitura crítica do mundo, mediada pela literatura, potencializa processos de conscientização e de desestabilização das ficções de poder que sustentam a colonialidade do saber.

À vista dessas concepções, o nosso objetivo delimita-se a partir de um problema central, que formula os pressupostos básicos da necessidade do debate entre as perspectivas sociológica, historiográfica e literária a respeito do passado dos povos latino-americanos, transformando-se em um problema de pesquisa material: de que maneira a sociologia e a história podem contribuir para a análise literária e a formação do leitor literário decolonial?

A concepção de leitor literário decolonial, adotada neste artigo, segue os postulados teóricos formulados por Fleck (2023). Conforme o autor, um leitor literário decolonial é aquele que se forma a partir do confronto crítico com o passado colonial, recusando estratégias de silenciamento, ocultação e romantização presentes nos discursos canônicos. Trata-se de um sujeito ativo no processo de leitura e produção de sentidos, capaz de compreender, analisar e problematizar as causas, os significados e as consequências do colonialismo para a contemporaneidade. Assim, esse leitor

[...] precisa se defrontar com a essência do colonialismo, sem ser ‘poupado’ da realidade, sem ser ludibriado por enunciados científicos, literários ou didáticos que tratam os sujeitos leitores como incapazes de processar os significados, as causas e as consequências desse período histórico para a contemporaneidade (Fleck, 2023, p. 23-24 – aspas do autor).

Diante disso, visamos articular essa questão inicial à teoria decolonial e às demandas contemporâneas por ressignificação do passado latino-americano. Desse modo, investigamos como a Literatura, a História, a Sociologia e o pensamento decolonial podem, em conjunto,

produzir leituras capazes de desimaginar narrativas coloniais estabilizadas e de reinscrever o passado desde perspectivas dissidentes.

Nesse sentido, buscamos maneiras de superar a rigidez das concepções formalistas que, muitas vezes, limitam o diálogo entre a ciência social com outras áreas do saber – ainda que tais concepções tenham aspectos importantes a serem considerados. Em vez de restringir esse diálogo a uma metodologia específica para a intersecção entre Sociologia e Literatura, apresentamos uma abordagem que permita que ambas as áreas constituam uma encruzilhada produtiva. Essa articulação, portanto, pode orientar uma imaginação sociológica-literária mais fértil, crítica e capaz de sustentar análises relevantes.

Tal perspectiva aproxima-se da pedagogia das encruzilhadas proposta por Luiz Rodrigues Junior (2018). Conforme o autor, as encruzilhadas constituem campos de possibilidades, de modo que essa pedagogia figura como um espaço simbólico que aponta para uma nova forma de pensar o fazer pedagógico, perpassando diversas áreas do saber que se atravessam, encontram-se e dialogam. É nessa encruzilhada – sociológica, literária e decolonial – que este artigo se situa, entendendo que imaginar outros mundos exige também desimaginar estruturas de poder que historicamente produziram silenciamentos, exclusões e hierarquias narrativas.

A respeito do silenciamento, Grada Kilomba (2019) apresenta-nos uma importante contribuição. A autora, ao refletir sobre esse processo, retoma as práticas sádicas coloniais, entre elas a máscara de ferro, colocada no interior da boca das pessoas escravizadas para impedir que comessem cana-de-açúcar ou cacau. Esse artefato emerge como um símbolo de conquista e dominação, implementando o senso de mudez, visto que, segundo a crítica, a boca é órgão que historicamente tem sido censurado e, nessa condição, converte-se em metáfora da posse, legitimando estruturas violentas de exclusão.

A imagem da máscara, portanto, não se restringe à violência física do regime escravocrata, mas se projeta como uma alegoria duradoura das formas modernas de silenciamento. Ao transformar a boca em um espaço de interdição, o colonialismo instituiu um modelo de poder – a colonialidade – que ultrapassa o corpo e se infiltra nos modos de produzir, autorizar e difundir saberes.

Entender o silenciamento como fenômeno estrutural resulta em reconhecê-lo não apenas como ausência de fala, mas como resultado de formas autoritárias de produção e legitimação do conhecimento, que impedem determinados grupos de interpretar criticamente a

realidade em que estão inseridos. Em contextos marcados por relações verticais de saber, a escuta é substituída pela transmissão imobilizada do conhecimento, o que compromete a participação dos sujeitos e reforça dinâmicas de dominação. É nesse sentido que Paulo Freire critica práticas que reproduzem estruturas autoritárias:

Quem apenas fala e jamais ouve; quem ‘imobiliza’ o conhecimento e o transfere a estudantes, não importa se de escolas primárias ou universitárias; quem ouve o eco apenas de suas próprias palavras, numa espécie de narcisismo oral; quem considera petulância da classe trabalhadora reivindicar seus direitos; quem pensa, por outro lado, que a classe trabalhadora é demasiado inculta e incapaz, necessitando, por isso, de ser libertada de cima para baixo, não tem realmente nada que ver com libertação nem democracia. Pelo contrário, quem assim atua e assim pensa, consciente ou inconscientemente, ajuda a preservação das estruturas autoritárias (Freire, 2021, p. 64-65 – aspas do autor).

Dessa forma, evidencia-se que o silenciamento não se limita à negação da voz, mas se configura como um conjunto de práticas que interditam a leitura crítica do mundo. Essa lógica extrapola o campo pedagógico e se manifesta, no âmbito da Literatura e da historiografia, na exclusão sistemática de perspectivas dissidentes e na legitimação de narrativas únicas sobre o passado. Romper com a cultura do silêncio, portanto, resulta criar espaços de leitura e de produção de sentido que possibilitem o surgimento de outras memórias e imaginações, capazes de questionar os discursos consolidados pela modernidade colonial.

À luz das considerações tecidas acima, o artigo está organizado em dois momentos. Primeiro, delineamos o marco teórico do pensamento decolonial em articulação com as ficções de poder, examinando a Literatura enquanto dispositivo de desimaginação; e na sequência, procedemos à análise crítica da obra *La visita de Bolívar* (2018), de Herbert Morote, destacando a figura da personagem Lucero como elemento central da narrativa ficcional.

1 As ciências sociais e a perspectiva decolonial

Ao longo da história da teoria sociológica, determinadas correntes atribuíram a promessa de que as Ciências Sociais⁵ deteriam “as respostas” para os movimentos da História. Frequentemente apoiadas em paradigmas universalizantes e eurocentrados, essas perspectivas pouco problematizaram as condições históricas e os debates que as engendraram. Em contraposição a essa pretensão, propomos retomar essa discussão a partir de uma perspectiva

⁵ Aqui as consideradas: Economia, Sociologia, História, Geografia, Antropologia, Demografia, entre outras.

decolonial, com outro objetivo: não mais torná-la profética⁶, mas compartilhada, situada e imaginativa.

O surgimento da Sociologia no matadouro da modernidade abalou as estruturas da sociedade europeia em formação, ao mesmo tempo em que contribuiu para configurá-las e legitimá-las. Esse processo implicou, simultaneamente, a desestabilização e a subordinação de outros centros de poder que possuíam formas próprias de organização social e epistêmica. A reflexão aqui proposta apoia-se nos conceitos de modernidade e colonialidade, compreendidos a partir dos pressupostos de Walter Mignolo (2007) como dimensões interdependentes; duas faces do mesmo processo histórico-social.

Sob essa perspectiva, a modernidade deixa de ser concebida como um fenômeno exclusivamente europeu, explicável apenas pela dinâmica interna do continente, para ser entendida como um projeto histórico que se constitui no e pelo encontro colonial, marcado fundamentalmente pela violência, pela expropriação e pela hierarquização étnica. É nesse processo de expansão iniciado no século XV que se consolidam as condições materiais, políticas e simbólicas que permitiram à Europa definir-se como centro produtor de conhecimento legítimo, como aponta Dussel, na sua obra *1492 El encubrimiento del otro. Hacia el origen del “mito de la Modernidad”* (1994). Assim, a modernidade não apenas organiza a Europa, mas reorganiza o mundo segundo lógicas coloniais que estruturam, ainda hoje, relações de poder e regimes de aprovação do saber e do ser.

A colonialidade, a face invisível da modernidade, é uma estrutura de poder que se fundamenta na exploração e se oculta sob os discursos de progresso e liberdade, sendo concebida como uma “*meta para obtener la salvación*”⁷ (Mignolo, 2007, p. 33). Tais narrativas justificaram a destruição cultural e material dos povos subjugados pelo poder colonizador. Este fenômeno evidencia-se na colonização da América, onde o imaginário eurocêntrico impôs à civilização modernizante o “dever moral” de levar a “luz do progresso” às sociedades consideradas “atrasadas” sob uma perspectiva para a qual o desenvolvimento das sociedades deveria ser linear, seguindo os padrões europeus ocidentais de progresso sócio-histórico. A violência dessa imposição foi justificada pela narrativa da modernização, iniciando um

⁶ Utilizamos o termo “profética” como uma forma de negação a uma história de previsibilidade do social constante nos métodos mecanicistas europeus e norte-americanos (Mills, 1969), como se a realidade social fosse homogeneamente moldável e nítida para a transformação em uma única frente maior, semelhante a uma mudança de engrenagem.

⁷ Nossa tradução: “meta para obter a salvação” (Mignolo, 2007, p. 33).

processo colonial cujas implicações reverberam até a contemporaneidade, através das “*estructuras de poder organizadas alrededor de relaciones coloniales*”⁸ (Quijano, 2000, p. 283).

Por séculos, a reorganização da concepção de história foi centralizada em uma localidade específica, que se tomou como referência universal e passou a elaborar teorias apresentadas como válidas para diferentes contextos históricos e culturais. No século XIX, grande parte do escopo teórico de Durkheim (2002)⁹, Marx (2010)¹⁰ e Weber (2004)¹¹ era baseado na transição de uma Era Feudal para a nova Era Industrial (Mészáros, 2008). Se o ponto fulcral da imaginação sociológica europeia nasce das condições históricas de emergência do capitalismo industrial, a nossa, situada na América Latina, não pode prescindir de uma compreensão crítica das formas de capitalismo que antecedem e excedem a experiência europeia — ao menos em seu registro teórico. Trata-se de reconhecer que a constituição do capitalismo moderno não se explica apenas pela dinâmica intraeuropeia, mas pela articulação global produzida pela colonização, pela escravização e pela expropriação das populações, dos saberes e dos territórios do Sul global. Somente assim se torna possível construir uma imaginação sociológica capaz de responder às especificidades históricas e epistemológicas da América Latina deslocando o olhar para além dos paradigmas que se legitimaram como universais.

A partir do século XVI, instaura-se de forma violenta em nosso continente um capitalismo de natureza predatória e colonial, concomitantemente à constituição do racismo como princípio organizador das relações sociais, conforme apontam Fernandes (2020) e Moura (2019), nas suas obras *A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica e Sociologia do negro brasileiro*, respectivamente. Nesse cenário, conforme argumenta Dussel (1994, p. 11-12 – aspas do autor), consolida-se a própria ideia de Europa como “*el ‘Centro’ del mundo*”, centro civilizatório e epistêmico.

Em outras palavras, capitalismo, racismo e nacionalismos identitários modernos possuem uma origem histórica compartilhada, ancorada na expansão colonial e na

⁸ Nossa tradução: “*estruturas de poder organizadas ao redor das relações decoloniais*” (Quijano, 2000, p. 284).

⁹ DURKHEIM, Émile. *As regras do método sociológico*. Tradução de Paulo Neves. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

¹⁰ MARX, Karl. *Manuscritos Econômico-Filosóficos*. Tradução de Jesus Ranieri. São Paulo: Boitempo, 2010.

¹¹ WEBER, M. *A ética protestante e o “espírito” do capitalismo*. Tradução de José Marcos Mariani de Macedo. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

hierarquização global dos povos. Uma origem que diverge substancialmente daquela narrada pelos pensadores clássicos responsáveis por instituir a Sociologia como saber científico.

Em termos comparativos, as concepções ocidentalistas que orientam as percepções hegemônicas de poder nas metodologias norte-americanas e europeias tendem a invisibilizar as especificidades históricas de outras regiões quando inseridas, de modo estrutural, na narrativa da denominada História Mundial (Mignolo, 2003). Nessa perspectiva, a imaginação sociológica alimentada pelos marcos estruturais produzidos pelos poderes eurocêntricos – particularmente pelo Estado capitalista – opera de forma a organizar e legitimar a ordem social conforme seus próprios compromissos ideológicos.

Assim, preserva-se a ideia de que a Europa constitui o centro ordenador da história mundial, bem como o referente originário dos processos que deram forma aos principais “eixos de poder”. Conforme Quijano (2000), os eixos de poder referem-se às estruturas sociais historicamente heterogêneas que se interrelacionam com a Colonialidade do Poder e da divisão socioespacial do poder a partir do surgimento da América, do Colonialismo, do Racismo e do Capitalismo. É nesse movimento que se consolidam as ficções de poder, que naturalizam essa centralidade e sustentam sua reprodução ao longo do tempo.

No interior dessas ficções de poder, inscrevem-se determinadas produções literárias, especialmente, aquelas vinculadas ao gênero romance histórico que, conforme caracteriza Fleck (2017), podem ser compreendidas como romances históricos acríticos, pertencentes a primeira fase da trajetória do gênero¹². Essas narrativas, segundo o pesquisador, reproduzem, em grande medida, os marcos interpretativos da história oficializada, reiterando a linearidade temporal, a centralidade europeia e a celebração de figuras heroicas que compõem o imaginário hegemônico. Ao fazê-lo, contribuem para a manutenção das hierarquias epistêmicas e políticas que estruturam a modernidade colonial, funcionando como extensões simbólicas da própria colonialidade do saber. Longe de problematizar as formas de violência, expropriação e silenciamento que constituem a experiência histórica dos povos subalternizados, tais romances

¹² Conforme sistematiza Fleck (2017; atualizado em 2021), o romance histórico pode ser compreendido a partir de três fases – acrítica, crítica/desconstrucionista e crítica/mediadora. A fase acrítica, que remonta ao modelo scottiano e às suas derivações, caracteriza-se por narrativas que corroboram com o discurso historiográfico hegemônico, frequentemente por meio da exaltação do passado e da heroificação de personagens históricas. Já as fases críticas reúnem produções que enfrentam o discurso histórico oficializado, seja por meio de procedimentos desconstrucionistas e experimentalistas, seja por estratégias mediadoras, mais lineares e verossímeis, centradas em perspectivas silenciadas. No interior dessas fases críticas, Fleck identifica modalidades específicas do gênero, como o novo romance histórico latino-americano, a metaficção historiográfica e o romance histórico contemporâneo de mediação.

reforçam a autoridade dos discursos dominantes e consolidam versões do passado que legitimam o ordenamento global vigente, “ao irmanar-se com o discurso historiográfico (clássico e tradicional)” (Fleck, 2017, p. 56).

Essa exposição é necessária para compreendermos os distintos lugares que as ciências sociais ocupam na constituição dos sentidos atribuídos à disciplina de História. De um lado, há o legado de uma história de colonização que foi negada e sistematicamente apagada, sendo violentamente transmutada pelos poderes hegemônicos – notadamente Espanha e Portugal, no caso da América Latina. Tal processo buscou estabelecer um controle social rigoroso sobre as populações nativas e os grupos subjugados, (re)classificá-los dentro de uma “hierarquia identitária de poder” (Quijano, 1998, p. 5-6) e viabilizar a expropriação de suas terras e de sua força de trabalho (Fernandes, 2020).

De outro lado, ainda que com contradições próprias, assiste-se à consolidação dos nacionalismos a partir de uma visão ilusória, uma vez que “a Europa era mais uma questão de lenda popular e de retórica clerical do que de manifestação de uma realidade social” (Robinson, 2023, p. 89).

A colonialidade do saber, conforme aponta Quijano (2000), estabelece hierarquias de acesso à educação, à cultura e às epistemologias válidas. Ela estrutura tanto o campo formal quanto o informal, condicionando o que se entende como conhecimento legítimo. No estabelecimento do sistema hegemônico, mecanismos de violência formularam conceitos que codificam corpos e restringem o imaginável. Tudo que escapa à norma é desconsiderado como possível.

Nesse cenário, problematiza-se o conceito clássico de imaginação sociológica, formulado por Mills (1969) como a capacidade de articular experiências individuais (biografia) às forças sociais e históricas mais amplas (história), reconhecendo que problemas pessoais estão intrinsecamente vinculados a questões públicas. Contudo, quando situada no interior de estruturas coloniais, essa forma de imaginação é atravessada por marcos epistêmicos que restringem as possibilidades de perceber e interpretar o mundo. Assim, em vez de ampliar horizontes de compreensão, tende a reinscrever os mesmos referenciais eurocêntricos que estruturam a modernidade colonial, funcionando como um dispositivo de *reimaginação* do já dado.

Nessas condições, a imaginação sociológica tradicional opera como uma ficção de poder: uma narrativa universalizante que naturaliza hierarquias históricas, legitima centros de

autoridade epistêmica e estabiliza versões do mundo alinhadas aos interesses que a produziram. As ficções de poder, portanto, não são meras ilusões, mas mecanismos simbólicos que organizam percepções, delimitam o que pode ser pensado e estruturam regimes de verdade que sustentam a colonialidade do saber.

Contra essa limitação, propomos imaginar no plural: múltiplas imaginações sociológicas que rompam com o controle colonial do possível. Esse gesto é entendido aqui como desimaginação – desmontar o regime imaginário moderno para abrir espaço a mundos outros. Nos termos de Silviano Santiago (2000), imaginar no “entre-lugar”, como um ato de desobediência epistêmica.

À luz dessa discussão, a desimaginação pode ser compreendida como um gesto crítico que incide sobre os processos de territorialização do imaginário (Fleck, 2017), responsáveis por naturalizar narrativas, valores e hierarquias coloniais como formas legítimas e universais de leitura do mundo. Longe de configurar-se como uma operação meramente negativa, a desimaginação integra um processo formativo mais amplo, no qual a ruptura com as ficções de poder que sustentam o pensamento colonial abre espaço para a reorganização dos referenciais históricos, culturais e identitários do leitor. Nesse sentido, a formação do leitor literário decolonial atua simultaneamente na desterritorialização dos espaços mentais, identitários e imaginários colonizados e na criação de condições para sua reterritorialização a partir de outras perspectivas históricas e simbólicas. Para Fleck (2025, p. 265):

A desterritorialização das mentes colonizadas, para uma possível formação literária decolonial, precisa, por outro lado, providenciar, também, os meios necessários para reterritorializar essas mentes para que o sujeito em formação leitora desenvolva um pensamento descolonizado. A possibilidade de que esse sujeito leia textos diversos, em multimodalidades, nos quais se expressam diferentes posições ideológicas frente a certo fato do passado colonial parece-nos ser um dispositivo que pode acionar no leitor em formação essa possibilidade de se fazer emergir um pensamento outro em relação aos fatos do passado [...] Essa prática descolonizadora – desterritorializadora e reterritorializadora das mentes colonizadas, por meio de um processo de formação leitora literária e decolonial –, cremos, pode levar os sujeitos latino-americanos que frequentam o Sistema Educacional das escolas públicas a desenvolverem, gradativamente, o pensamento decolonial.

À luz dessa formulação, a desimaginação pode ser entendida como o movimento simbólico que inaugura esse processo, ao desestabilizar as imagens hegemônicas do passado e evidenciar seu caráter construído e ideologicamente orientado. Em diálogo com as discussões desenvolvidas no âmbito do Grupo Resignificações do Passado na América Latina, tal prática não se limita à crítica das narrativas dominantes, mas se projeta como possibilidade de

reconfiguração dos modos de pensar, sentir e narrar o passado, instaurando condições para a emergência de leituras outras e para o desenvolvimento do giro decolonial no campo da leitura literária.

Em Freire (2021, p. 57), a leitura crítica está diretamente vinculada à possibilidade de transformação da realidade:

Falar de alfabetização de adultos e de bibliotecas populares é falar, entre muitos outros, do problema da leitura e da escrita, não da leitura de palavras e de sua escrita em si próprias, como se lê-las e escrevê-las não implicasse uma outra leitura, prévia e concomitante àquela, a leitura da realidade mesma.

Essa compreensão da leitura, como prática histórica e política, potencializa a articulação com a literatura aqui proposta, uma vez que a ficção permite experimentar temporalidades, subjetividades e arranjos sociais que escapam às formas hegemônicas de leitura do mundo. Assim, a imaginação crítica, enquanto prática política, torna-se elemento central nos processos de desimaginação/desterritorialização e reterritorialização das ficções de poder que sustentam a colonialidade.

Mignolo, na sua obra *Histórias locais/Projetos globais* (2003), demonstra que o século XXI, marcado por fluxos globais intensos e por um aprofundamento das críticas ao colonialismo em suas múltiplas camadas, abriu espaço para o surgimento de outras vozes – vozes antes sufocadas pelo peso das narrativas hegemônicas. Emergindo tanto das margens do sistema quanto do centro das experiências locais, essas vozes reivindicam o direito de contar suas próprias histórias e de reescrever suas próprias categorias de análise. Ao se reconhecerem como sujeitos históricos, grupos como indígenas, negros, mulheres e comunidades tradicionais, entre outros grupos subalternizados, questionam o protagonismo unilateral das epistemologias ocidentais e ocidentalizadas, desafiando a própria divisão eurocêntrica da História e propondo a pluralização dos centros de conhecimento.

Essa dinâmica encontra ressonância na concepção freireana de leitura como prática histórica e política, uma vez que a leitura da palavra implica, necessariamente, a leitura crítica da realidade. No âmbito da formação do leitor literário decolonial, essa compreensão potencializa o papel da literatura como espaço privilegiado de desterritorialização das mentes, das identidades e do imaginário colonizado, conforme argumenta Fleck (2025). As narrativas literárias decoloniais, em especial aquelas que articulam História e ficção, operam como dispositivos que expõem o caráter construído das versões oficiais do passado e colocam o leitor

em diálogo com perspectivas múltiplas e conflitivas. Desse processo decorre a possibilidade de reterritorialização simbólica, pela qual o leitor em formação elabora um pensamento outro sobre si, sobre a sociedade e sobre a história, desenvolvendo gradativamente um posicionamento crítico capaz de promover o giro decolonial.

É nesse ponto que a arte romanesca se apresenta como um possível dispositivo de desobediência epistêmica. Tratar da Literatura implica assumir uma postura específica no mundo, pois a escrita criativa mobiliza sentidos que se atualizam ou se tornam possíveis na relação com os corpos que leem. Toda produção textual é marcada por seu tempo histórico, mas também pode ultrapassá-lo, dependendo da forma como o/a artista se posiciona diante do material que elabora.

Antônio Candido (2000 [1995]) desenvolve um debate fundamental na intersecção entre Sociologia e Literatura ao demonstrar que toda obra de arte é social: não apenas porque se inscreve nas condições históricas, materiais e simbólicas de seu tempo, mas porque participa ativamente da constituição dessas mesmas condições. A obra nasce de um conjunto de determinações – econômicas, estéticas, ideológicas – e, simultaneamente, intervém nelas, produzindo efeitos duradouros nos indivíduos e nas coletividades. Dessa perspectiva, Candido (2000) recusa visões autonomistas da arte e propõe compreendê-la como um fenômeno integrado, no qual autor, leitor e linguagem formam dimensões indissociáveis de um mesmo processo estético e sociocultural.

Nesse sentido, a tipologia apresentada por Cabrera, na sua obra *Europeu não significa universal. Brasileiro não significa nacional* (2014) –, que distingue textos “fechados”, mais regulados quanto às possibilidades interpretativas, e textos “abertos”, que exigem maior participação do leitor na construção de sentidos – é útil para compreender os modos pelos quais a relação entre obra e leitor é estruturada. Entretanto, avançar além dessa classificação implica reconhecer que a leitura não se reduz ao grau de abertura formal de um texto, mas está imersa em condições históricas e políticas que a atravessam. Ler é sempre interpretar desde um corpo situado, inscrito em marcadores sociais e afetivos que orientam o que pode ser percebido, significado ou imaginado.

Por isso, é necessário considerar que a leitura – enquanto prática interpretativa – também é atravessada por ficções de poder, entendidas como dispositivos que moldam percepções, afetos e imaginários. Esses dispositivos operam delimitando regimes de dizibilidade (o que pode ser dito), legibilidade (o que pode ser reconhecido como sentido

válido) e imaginação (o que pode ser concebido como possível). Assim, o ato de ler não ocorre em um espaço neutro: ele é condicionado por estruturas históricas que organizam expectativas, autorizam interpretações e silenciam outras.

Jota Mombaça (2021), discute o conceito de *Ficções de Poder*, o qual abarca a forma de (re)existir dos corpos na encruzilhada transatlântica da colonialidade/modernidade, as confluências do etnocídio e epistemicídio instituído pelo programa capitalista racial, ocidental, cis-heteronormativo e os corpos daqueles que sofreram e sofrem suas violências. Consequentemente, são esses corpos que consomem a obra de arte em seu estágio final: enquanto expressão humana possível de ser experimentada.

A partir desses pressupostos estabelecidos por Mombaça (2021), compreendemos que as ficções de poder não são apenas mecanismos de controle simbólico, mas formas de existência e resistência que emergem das dinâmicas constitutivas da modernidade/colonialidade, do epistemicídio programado e das violências sistêmicas. Assim, a Literatura, ao tensionar essas ficções ou ao produzir outras possíveis, torna-se um espaço privilegiado para práticas de desobediência epistêmica. Isso porque certas produções literárias – entre elas, o projeto estético decolonial *La visita de Bolívar* (Morote, 2018) – configuram discursos de enfrentamento à História oficializada, mobilizando recursos estéticos que desconstroem, parodiam e desestabilizam as narrativas hegemônicas.

Pensar a Literatura latino-americana pela chave das ficções de poder implica reconhecer que a obra é um lugar de disputa, no qual tanto o corpo que escreve quanto o corpo que lê carregam marcas históricas de opressão. A interpretação literária, portanto, nunca é neutra: ela é atravessada por relações materiais e simbólicas de poder que condicionam o que pode ser visto, dito e imaginado.

A análise literária orientada por uma perspectiva decolonial não se limita à interpretação estética, mas se inscreve como prática de resistência frente à colonialidade do saber. Nesse enquadramento, as escolhas ideológicas dentro da Literatura operam como uma ficção de poder: elas impregnam, orientam e normalizam narrativas que se tornam hegemônicas. A decolonialidade tensiona essa normatividade ao recentrar epistemologias historicamente marginalizadas – quilombolas, afro-brasileiras, indígenas, cuir, entre outras – recolocando-as como formas legítimas e potentes de produção de conhecimento.

Diante desse horizonte teórico, a seguir analisamos de que modo essas tensões decoloniais se concretizam em uma obra literária específica, observando como a narrativa

mobiliza estratégias críticas para questionar a colonialidade do saber e os imaginários históricos hegemônicos. Nesse sentido, o romance *La visita de Bolívar* (2018) constitui-se como nosso objeto de análise para compreender como a literatura pode operar processos de desimaginação e ressignificação do passado colonial.

2 *La visita de Bolívar* (2018), práticas de desimaginação: um olhar sociológico à

Literatura crítica decolonial

O romance histórico *La visita de Bolívar* (2018), do escritor peruano Herbert Morote, reconstrói ficcionalmente uma noite na Lima de 1825, quando a cidade, recém-marcada pela vitória em Ayacucho e pela presença dominante das tropas bolivarianas, vive sob um ambiente de tensão política e espectralidade social. É nesse cenário que a construção narrativa se instala na casa de Bernardo Monteagudo – figura histórica e assessor de Simón Bolívar – cuja interioridade e cuja posição ambígua no processo de independência peruana são exploradas pelo narrador com detalhamento crítico e irônico.

A diegese se desenvolve a partir dos preparativos de Monteagudo para receber uma visita amorosa, com o auxílio de Lucero – personagem metonímica¹³, homem negro e ex-escravizado, que atua como mordomo sob uma condição de liberdade apenas formal. O plano, contudo, é interrompido pela chegada inesperada do próprio Simón Bolívar, cuja presença encarna tanto o poder absoluto de decidir destinos quanto a ameaça latente de violência. Tal ameaça é intensificada pelo fato de que a mulher aguardada antes da chegada do General era Manuelita Sáenz, amante de Bolívar, o que desloca o episódio do âmbito privado para o campo das tensões pessoais e políticas que atravessam a narrativa.

Uma das primeiras operações estéticas que se evidencia no romance é a desmontagem da figura heroica de Bolívar. Tradicionalmente associado ao ideal de libertação continental, Morote (2018) apresenta um Bolívar fragmentado e contraditório, deslocando-o da posição de

¹³ Uma personagem metonímica, no contexto da nossa análise sobre o gênero romance histórico, é aquela que não representa apenas a si mesma, mas funciona como parte que remete a um todo histórico, social ou ideológico mais amplo. Em vez de ser construída somente como indivíduo singular, essa personagem condensa traços, experiências ou conflitos de um grupo, de uma classe social, de uma época ou de uma mentalidade histórica, operando segundo o princípio da metonímia – figura de linguagem em que a parte substitui ou evoca o todo. No romance histórico, personagens metonímicas são frequentemente usadas para: materializar processos históricos abstratos (como a colonização, a formação nacional, a decadência de uma elite); dar rosto humano a forças coletivas, evitando explicações historiográficas diretas; mediar a relação entre o leitor e o contexto histórico, tornando-o narrativamente acessível. Diferentemente da personagem alegórica, que tende a ser mais fixa e simbólica, a personagem metonímica mantém densidade psicológica e verossimilhança, ainda que seu sentido ultrapasse a dimensão individual.

entidade monumental que o discurso oficializado lhe atribui. Essa operação é concretizada nos diálogos entre Monteagudo e Bolívar – sempre acompanhado pela presença expectante de Lucero:

[Bolívar] – *Yo, felizmente, ni una gota de indio.*

– *A mucha honra le puedo decir que mi madre fue mestiza. Dicen que en América el que no tiene de inga tiene de mandinga.*

– *Pues yo no tengo nada de indio ni de negro – replica con orgullo Bolívar – Claro, usted no lo sabrá distinguir, pero todos los artistas que me han pintado han sabido plasmar en sus cuadros mis facciones europeas.*

Monteagudo ve que se abre una nueva oportunidad para poner al Libertador en su sitio:

– *Es verdad, yo estoy negado para apreciar rasgos étnicos, sin embargo, creo haber visto en su residencia de Magdalena a un artista que lo pintaba con una tez oscura, y el cabello algo encrespado que podría sugerir unos ancestros... no sé...*

– *Ah, sí, ese pintor estaba mal de la vista, tuve que echarlo de mi casa*¹⁴ (Morote, 2018, 55).

No diálogo, Bolívar rejeita qualquer ascendência indígena ou negra, evocando os retratos feitos por pintores renomados que ressaltam suas “feições europeias”. Em resposta, seu assessor menciona um episódio que, embora não confirmado pela historiografia, integra o imaginário histórico de países como Venezuela, Colômbia e Peru: a ocasião em que um pintor colombiano teria representado Bolívar com traços fenotípicos ligados a populações negras – pele mais escura, nariz largo e cabelos cacheados – provocando a reação imediata do General, que expulsa o artista de sua residência.

Esse procedimento de dessacralização atua diretamente na formação do leitor literário decolonial, na medida em que o convoca a revisar criticamente imagens históricas naturalizadas e a reconhecer o caráter construído do heroísmo. Ao confrontar um Bolívar fragmentado e contraditório, o leitor é deslocado de uma postura passiva de reverência para uma posição ativa de questionamento, aprendendo a identificar como a literatura pode tensionar narrativas oficiais e produzir leituras históricas dissidentes.

Esse cruzamento entre elementos históricos e ficcionais, por meio do qual o romance mobiliza tanto dados da História quanto memórias do imaginário social, promove uma inversão

¹⁴ Nossa tradução: “– Eu, felizmente, nem um pouco de índio. – Com muita honra posso dizer que minha mãe foi mestiça. Dizem que na América quem não tem de *inga* tem de *mandinga*. – Pois eu não tenho nada de índio nem de negro – aponta com orgulho Bolívar – Claro, você não saberá distinguir, mas todos os artistas que pintaram a minha figura souberam plasmar nos seus quadros as minhas feições europeias. Monteagudo percebe que se abre uma nova oportunidade para pôr o Libertador no seu lugar: – É verdade, eu estou negado para apreciar traços étnicos, contudo, creio ter visto na sua residência de Magdalena um artista que o pintava com uma tez escura, e o cabelo um pouco cacheado que poderia sugerir alguns ancestrais... não sei... – Ah, sim, esse pintor tinha problemas de visão, tive de expulsá-lo da minha casa” (Morote, 2018, 55).

simbólica das relações de poder. A narrativa apresenta Bolívar como alguém que renega suas possíveis origens e reproduz a discriminação às etnias americanas em nome dos ideais das elites brancas – elites das quais não fazia parte, mas cujas expectativas e interesses encarnava de forma ativa, pois, como expressa o narrador do romance,

[...] *creo que nunca ha comprendido que estos países necesitan un hombre fuerte que los dirija por la senda del progreso. Ni el Perú ni ningún país de América está en condiciones de pasar de la Colonia a una democracia. Yo seré la mano firme que los guíe en el futuro*¹⁵ (Morote, 2018, p. 54).

O traço egocêntrico e autocelebratório atribuído a Bolívar na narrativa, elaborado tanto pelo uso da linguagem quanto pela maneira como suas ações são construídas na diegese, é deliberadamente intensificado. Assim, diante de uma personagem apresentada com tamanha pretensão e altivez, os efeitos irônicos e satíricos dirigidos a Bolívar tornam-se ainda mais contundentes. Tal articulação entre História, ficção e imaginário social contribui para a formação do leitor literário decolonial ao evidenciar que o conhecimento histórico não é neutro nem definitivo, mas atravessado por disputas simbólicas. O leitor é, assim, levado a compreender a literatura como espaço legítimo de produção de conhecimento crítico, capaz de revelar continuidades da colonialidade ocultas pelos discursos historiográficos hegemônicos.

O romance de Herbert Morote constitui um exemplo paradigmático de como a Literatura Latino-americana contemporânea mobiliza procedimentos estéticos capazes de reabrir o passado, tensionar mitos fundacionais e produzir práticas de desimaginação/desterritorialização e reterritorialização que desestabilizam narrativas históricas hegemônicas. Ao desconstruir a imagem monumental do chamado “Libertador”, Simón Bolívar, a obra opera como um dispositivo de desobediência epistêmica que revisita criticamente o processo de independência e revela contradições frequentemente apagadas pelo discurso oficializado.

Nesse cenário, a personagem Lucero torna-se figura essencial para a sátira. Na narrativa, Lucero é um homem negro, ex-escravizado, que atua como mordomo da personagem Monteagudo. Ele está presente durante toda a noite da visita de Bolívar e participa ativamente da diegese – seja por meio de comentários sutis, risos contidos, sons corporais deliberados ou

¹⁵ Nossa tradução: “Acho que você nunca compreendeu que esses países precisam de um homem forte que os oriente pela senda do progresso. Nem o Peru nem nenhum país de América está em condições de passar da Colônia a uma democracia. Eu serei a mão firme que os guie no futuro” (Morote, 2018, p. 54).

silêncios carregados de sentido – interferindo na dinâmica entre o Libertador e seu assessor (e rival) Monteagudo.

*A todo esto, Lucero sigue a cierta distancia la conversación y, aunque hace esfuerzos para mantenerse al margen de lo que oye, los gestos de su cara asintiendo o negando lo traicionan constantemente*¹⁶ (Morote, 2018, p. 17).

*Esta vez Lucero no tenía por qué mentir ni decir algo que comprometiera a su señor por lo que respondió con cierta malicia: – bueno, en el palacio del marqués de Torre Tagle, ese traidor de mierda que todos sabemos, a doña Manuela le gustaba comer corazones*¹⁷ (Morote, 2018, p. 17).

A figura de Lucero intensifica a desestabilização do mito. Lucero é o entre-lugar da tessitura narrativa, situando-se na fronteira entre classes, discursos e perspectivas. Ao mesmo tempo testemunha e crítica, cúmplice e antagonista, ela desafia as dicotomias rígidas do discurso histórico oficializado ao ocupar uma posição liminar que revela fissuras no imaginário colonial. Sua presença rompe com a representação homogênea da nação e incorpora, na narrativa híbrida, vozes dissidentes, que deslocam a centralidade heroica e ampliam o escopo interpretativo da obra. Lucero encarna a própria encruzilhada epistêmica discutida na fundamentação teórica: é figura que atravessa fronteiras simbólicas e desestabiliza o lugar privilegiado do herói na construção da memória oficializada.

A centralidade de Lucero na narrativa amplia o horizonte formativo do leitor literário decolonial ao deslocar o foco da leitura para sujeitos historicamente silenciados. Ao reconhecer a potência crítica dessa voz marginalizada, o leitor é convidado a reavaliar hierarquias raciais e sociais naturalizadas, desenvolvendo uma leitura sensível às fissuras do discurso colonial e às epistemologias subalternizadas.

Essa posição liminar de Lucero não se manifesta apenas no plano estrutural da construção narrativa, mas se materializa de modo contundente nas interações diretas com Bolívar:

Al oír esas palabras Lucero se atora. Le falta la respiración. Finalmente tose y puede recuperar el aliento. Bolívar voltea la cabeza y lo mira con extrañeza. –¿Qué le pasa a éste?

¹⁶ Nossa tradução: “Durante tudo isso, Lucero observa a conversa à certa distância e, embora se esforce para manter-se à margem do que ouve, os gestos de seu rosto, assentindo ou negando, o traem constantemente” (Morote, 2018, p. 17).

¹⁷ Nossa tradução: “Desta vez, Lucero não tinha por que mentir nem dizer algo que comprometesse o seu senhor, de modo que respondeu com certa malícia: — Bem, no palácio do marquês de Torre Tagle, aquele traidor de merda que todos nós conhecemos, dona Manuela gostava de comer corações” (Morote, 2018, p. 17).

– y señalándolo con su índice agrega – no sé dónde he visto a este negro. No sé dónde, a ver, a ver...¹⁸ (Morote, 2018, p. 19).

A diegese aprofunda a assimetria por meio de um jogo de vozes que impede qualquer leitura estabilizada da figura heroica. A heteroglossia do romance faz com que o discurso de Bolívar seja constantemente atravessado por registros contraditórios, nos quais o tom grandioso convive com o autoritarismo e o desprezo. Lucero, por sua vez, permanece como contraponto silencioso e revelador, expondo, pela própria marginalização, os mecanismos discursivos que sustentam a hierarquização étnica e social. Assim, o romance mobiliza a pluralidade de vozes para desmontar a centralidade do herói e evidenciar que a memória histórica se constrói a partir de conflitos, exclusões e disputas simbólicas.

A obra romanesca de Morote (2018) mobiliza diversas estratégias literárias que potencializam a desimaginação/desterritorialização e reterritorialização das narrativas hegemônicas. A heteroglossia, definida por Bakhtin (2003) produzida pela coexistência de múltiplas vozes e registros discursivos, contribuiu para a desconstrução de uma leitura unívoca do passado. Bolívar expressa continuamente seu desprezo por Lucero e, em seus diálogos, as distinções de linguagem tornam-se evidentes. O protagonista é atravessado por tons contraditórios – ora grandioso, ora vulnerável, ora autoritário – que revelam a multiplicidade de discursos envolvidos na própria construção simbólica de Bolívar. Vejamos como o narrador revela essa manipulação da linguagem:

–Lo que me gustaría realmente, Monteagudo, es que **usted calle a ese negro de mierda** porque si no lo silencio yo para siempre¹⁹ (Morote, 2018, p. 48, grifo nosso).

–¡Qué te pasa **negro de mierda!** – le grita el Libertador²⁰ (Morote, 2018, p. 52, grifo nosso).

Sí, aquí. No te hagas el tonto, **negro de mierda**²¹ (Morote, 2018, p. 59, grifo nosso).

¹⁸ Nossa tradução: “Ao ouvir essas palavras, Lucero se engasga. Falta-lhe a respiração. Finalmente tosse e consegue recuperar o fôlego. Bolívar vira a cabeça e olha para ele com estranheza. – O que há com este? – e apontando-o com o dedo, acrescenta – não sei onde já vi este negro. Não sei onde, vamos ver...” (Morote, 2018, p. 19).

¹⁹ Nossa tradução: “O que eu gostaria realmente, Monteagudo, é que você **cale esse negro de merda** porque senão eu o vou silenciar para sempre” (Morote, 2018, p. 48, grifo nosso).

²⁰ Nossa tradução: “Que acontece **negro de merda!** – gritou o Libertador” (Morote, 2018, p. 52, grifo nosso).

²¹ Nossa tradução: “Sim, aqui. Não se faça de bobo, **negro de merda**” (Morote, 2018, p. 59, grifo nosso).

*¿No se ha dado cuenta de que no hay líderes en esta tierra, y de que todos los **indios son truchimanes, ladrones, embusteros, falsos y no tienen ningún principio moral** que los guíe?*²² (Morote, 2018, p. 55, grifo nosso).

*Esta molestia la adquirí en los Andes, me la **deben haber contagiado los malditos indios***²³ (Morote, 2018, p. 24, grifo nosso).

A elegância e o cuidado que marcam a voz ficcional do Libertador se dissipam por completo quando ele se refere às populações negras e indígenas. Isso evidencia, na diegese, não apenas diferentes camadas ou registros de linguagem, mas, também, as próprias contradições internas de seu pensamento, que excluía essas populações de seus projetos de emancipação. Esse movimento de desnudar a personagem por meio da discursividade é uma das estratégias centrais do novo romance histórico latino-americano – modalidade correspondente a segunda fase (crítica/desconstrucionista) do gênero – para expor o criticismo que caracteriza essa forma narrativa, como aponta Fleck (2017).

A fase crítica/desconstrucionista propõe uma releitura crítica sobre o passado, que antes era visto apenas sob a ótica do colonizador. Todavia, a partir das modalidades que compõe essa segunda fase – o novo romance histórico latino-americano e a metaficção historiográfica – as múltiplas versões do colonizado puderam ser evidenciadas (Fleck, 2017) através de recursos escriturais críticos. Entre eles estão a heteroglossia, a ironia, a paródia e a carnavalização (Aínsa, 1991), que exibem um discurso de enfrentamento com a versão do colonizador.

O uso do recurso escritural da carnavalização, processo no qual “revogam-se antes de tudo o sistema hierárquico e todas as formas conexas de medo, reverência, devoção, etiqueta” (Bakhtin, 2003, p. 146), por sua vez, desestabiliza o pedestal heroico. Tal processo introduz momentos de ironia, irreverência e inversão hierárquica que tensionam a imagem sacralizada do Libertador. Essa estratégia permite que a narrativa se aproxime de interpretações divergentes, revelando que todo mito nacional é uma construção contextual, não uma verdade absoluta.

No início da visita de Bolívar a Monteagudo, surge a questão da circulação de versos satíricos que criticam sua permanência em Lima. Incomodado, o General pressiona seu assessor para identificar o autor dessas *letrillas* (pequenos versos poéticos), que ridicularizam

²² Nossa tradução: “Não percebeu que não há líderes nesta terra, e que todos os **índios são truchimanes, ladrões, embusteiros, falsos e não possuem nenhum princípio moral** que os guíe?” (Morote, 2018, p. 55, grifo nosso).

²³ Nossa tradução: “**Essa doença** a adquiri nos Andes, **devo ter sido contagiado pelos malditos índios**” (Morote, 2018, p. 24, grifo nosso).

sua imagem na clandestinidade. A leitura dessas composições por Monteagudo revela um dos eixos críticos mais incisivos dirigidos à figura de Bolívar.

Con voz firme Monteagudo recita:

‘Cuando de España las trabas / en Ayacucho rompimos, / otra cosa no hicimos / que cambiar mocos por babas / Nuestras provincias, esclavas quedaron de otra nación. / Mudamos de condición, / pero sólo fue pasando / del poder de don Fernando / al poder de don Simón’²⁴ (Morote, 2018, p. 28-29).

As décimas funcionam como um julgamento aos modelos de governo de Bolívar, que reproduzem práticas coloniais antes encarnadas por Don Fernando. A sátira e a ironia criam um paralelismo entre os poderes em disputa nas guerras de independência, ambos responsáveis por sistemas semelhantes de opressão às camadas populares. A ficção evidencia que a dependência das nações americanas não se extingue com a independência, mas se reorganiza. É o que Mignolo (2007) aponta ao afirmar que “*la matriz colonial de poder cambió de manos, pero siguió en pie*²⁵”. Assim, o romance explicita a gênese da colonialidade contemporânea, sustentada pela continuidade dos privilégios dos antigos colonizadores.

O romance de Morote (2018) evidencia que a independência latino-americana não rompeu integralmente com a estrutura colonial, mas reorganizou suas hierarquias sob novas formas. As tensões raciais, sociais e políticas que atravessam a narrativa mostram que, mesmo após a expulsão dos espanhóis, práticas coloniais foram mantidas, adaptadas e justificadas pelo novo Estado republicano. A partir da voz da personagem Monteagudo – que, segundo a historiografia, promoveu decretos voltados à emancipação de negros e indígenas no Peru – o romance assume um tom crítico. Por meio desse contraponto, evidencia-se a resistência de Bolívar a tais medidas, conforme lemos a seguir:

También podría decirle que esas disposiciones cayeron en saco roto cuando Bolívar se hizo con el gobierno del Perú y suspendió de hecho la emancipación automática de los negros vivos o por nacer. Ahora todo eran trabas: el negro que había luchado por la independencia del Perú solo podía emanciparse si demostraba que había realizado un acto heroico o si había resultado mutilado en alguna batalla²⁶ (Morote, 2018, p. 19).

²⁴ Nossa tradução: “Com voz firme Monteagudo declama: ‘Quando de Espanha os entraves/ em Ayacucho rompemos, / outra coisa não fizemos / que trocar meleca por baba. / Nossas províncias, escravas ficaram de outra nação. / Mudamos de condição, / mas foi apenas passando / do poder de D. Fernando / ao poder de D. Simón’” (Morote, 2018, p. 28-29).

²⁵ Nossa tradução: “a matriz do poder colonial de poder mudou de mãos, mas seguiu em pé” (Mignolo, 2007, p. 92).

²⁶ Nossa tradução: Também poderia dizer que essas disposições caíram no esquecimento quando Bolívar tomou posse do governo do Peru e suspendeu de fato a emancipação dos negros vivos e por nascer. Agora tudo eram

O trecho destaca a contradição entre as promessas de liberdade e a suspensão prática da emancipação das populações negras durante o governo de Bolívar no Peru. Ao condicionar a liberdade à realização de atos heroicos ou à mutilação em combate, a narrativa evidencia o caráter instrumental da emancipação, transformada em recompensa excepcional e não em direito. Trata-se de uma lógica que não se restringiu ao contexto peruano, mas que se repetiu em outras regiões da América Latina – inclusive no Brasil, em momento posterior –, onde a liberdade dos escravizados foi sistematicamente adiada, condicionada ou burocratizada, mesmo após discursos oficiais de abolição ou independência.

É nesse ponto que o pensamento decolonial mostra-se fundamental, ao possibilitar o questionamento crítico de processos e continuidades históricas pouco analisados nas narrativas tradicionais sobre as independências latino-americanas, especialmente no que se refere à permanência das estruturas de colonialidade após a ruptura formal com a metrópole. Na voz da personagem Bolívar, essa contradição é apresentada:

*Estimado amigo, seamos por una vez sinceros, San Martín no decretó nada, él se limitó a firmar el decreto que usted redactó. Pero mire, yo fui mucho más práctico porque en vez de enemistarme con los propietarios de esclavos, firmé un decreto regulando su posesión y exigiendo un trato humanitario. Eso, querido amigo, es el reflejo de mi bondad y simpatía por los negros*²⁷ (Morote, 2018, p. 46).

A narrativa atribui à voz ficcional de Bolívar uma racionalização cínica do adiamento da emancipação das populações negras, apresentada como gesto de pragmatismo político e suposta benevolência. Ao contrapor sua postura à de San Martín, a personagem não apenas relativiza as promessas de liberdade, como, também, legitima a manutenção da escravidão por meio de um discurso paternalista. Tal discurso transforma a regulação da posse de escravizados e a exigência de “tratamento humanitário” em prova de bondade. A ironia da cena reside justamente no desvelamento desse deslocamento discursivo: a liberdade é substituída por concessões administrativas, enquanto a violência estrutural da escravidão permanece intacta. Assim, o romance evidencia como o discurso humanitário pode operar como estratégia de

entraves: o negro que havia lutado pela independência do Peru só podia emancipar-se se demonstrasse ter realizado um ato heroico ou se tivesse ficado mutilado em alguma batalha. (Morote, 2018, p. 19).

²⁷ Nossa tradução: “Prezado amigo, sejamos, por uma vez, sinceros: San Martín não decretou nada; limitou-se a assinar o decreto que o senhor redigiu. Porém, olha, eu fui muito mais prático porque ao invés de criar inimizade com os proprietários de escravos, assinei um decreto regulando sua posse e exigindo um trato humanitário. Isso, querido amigo, é o reflexo da minha bondade e simpatia pelos negros” (Morote, 2018, p. 46).

legitimação da colonialidade, revelando as fissuras entre os ideais emancipatórios proclamados pelos projetos de independência e suas práticas efetivas.

Nesse sentido, *La visita de Bolívar* (2018) atua como um dispositivo de desobediência epistêmica, reescrevendo o passado a partir de perspectivas marginalizadas e revelando as complexidades que o discurso histórico hegemônico tenta omitir. A Literatura, aqui, não funciona como ilustração da História, mas como prática epistêmica capaz de revelar disputas simbólicas e políticas. A obra interroga o nacionalismo e denuncia como a História oficializada produz identidades monológicas, apagando conflitos internos e disciplinando o imaginário coletivo.

É nesse movimento de desestabilização do discurso historiográfico que a narrativa passa a tematizar explicitamente os mecanismos de produção da memória oficializada e da escrita da História. Ao encenar, no plano ficcional, uma reflexão sobre a relação entre poder político e historiografia, o romance evidencia como a consagração heroica não resulta de um consenso neutro, mas de negociações, silenciamentos e acomodações aos interesses das autoridades. Essa problematização materializa-se de forma incisiva no diálogo a seguir, entre as personagens Monteagudo e Bolívar, no qual a própria escrita da História é apresentada como prática atravessada por relações de poder:

– *Creo que tiene usted razón, no faltarán historiadores honestos que resalten mis virtudes a fin de que sirvan de modelo a futuros gobernantes. ¿No lo cree así, Monteagudo?*
 – *Sin duda lo elogiarán mucho aquellos historiadores que deseen complacer a las autoridades. Le aseguro que esos historiadores serán la mayoría, sino todos. [...] No se necesita ser adivino para afirmar que los historiadores escriben lo que los gobiernos quieren*²⁸ (Morote, 2018, p. 46-47).

A narrativa ficcional, por meio do discurso direto, questiona o discurso historiográfico hegemônico, expondo a ilusão de uma “verdade absoluta e imparcial” construída pela historiografia em torno de Bolívar. O potencial crítico da voz de Monteagudo é intensificado pelo artifício literário, que projeta um Bolívar plenamente ciente da natureza de suas ações contra o Peru, mas seguro de que, no futuro, sua imagem seria consagrada como heroica.

²⁸ Nossa tradução: - Creio que você tem a razão, não faltarão historiadores honestos que destaquem as minhas virtudes a fim de que sirvam de modelo para futuros governadores. Não acha, Monteagudo? – Sem dúvida, aqueles que desejem agradar às autoridades irão elogiar muito você. Estou certo que esses historiadores serão a maioria, se não todos. [...] Não é preciso ser adivinho para afirmar que os historiadores escrevem o que os governadores desejam (Morote, 2018, p. 46-47).

Torna-se evidente que a narrativa de Morote produz o que denominamos imaginações dissidentes. O romance desautoriza a versão única da História e evidencia que o passado pode – e deve – ser reimaginado. A Literatura, como dispositivo de desimaginação/desterritorialização e reterritorialização, não apenas desmonta mitos, mas cria brechas para mundos possíveis, oferecendo novas formas de pensar a emancipação, a memória e o futuro. Ao reinscrever o mito bolivariano em chave crítica, o romance amplia os limites do imaginável social e introduz perspectivas insurgentes que desafiam a colonialidade do saber. Nesse percurso interpretativo, a leitura de *La visita de Bolívar* (2018) atua como prática formativa que possibilita ao leitor literário decolonial exercitar a criticidade epistemológica, a análise crítica das fontes e a abertura a narrativas contra-hegemônicas.

Considerações finais

Ao longo deste artigo, buscamos demonstrar que o diálogo entre Literatura, História e Sociologia, quando articulado ao pensamento decolonial, constitui uma encruzilhada epistêmica capaz de desestabilizar narrativas hegemônicas e tensionar as ficções de poder que sustentam a colonialidade do saber na América Latina. Partindo da concepção freireana da leitura crítica do mundo e, também, da proposta de uma formação leitora literária decolonial (Fleck, 2023; 2024; 2025), entendemos a Literatura não como ilustração do social, mas, sim, como uma prática epistêmica ativa, que atua criticamente nos modos de produção, legitimação e circulação do conhecimento histórico e dos imaginários sociais, operando os processos de desterritorialização e reterritorialização das mentes secularmente moldadas pelos princípios colonialistas.

A análise de *La visita de Bolívar* (2018), de Herbert Morote, permitiu-nos observar como a escrita híbrida de história e ficção – romance histórico – opera práticas de desimaginação/desterritorialização e reterritorialização ao desmontar o mito fundador do Libertador. A narrativa apresenta um Bolívar contraditório, autoritário e etnicamente excludente. Essa configuração tensiona a imagem heroica cristalizada da personagem pela historiografia oficializada e revela a continuidade das estruturas coloniais no interior dos projetos republicanos de independência.

Nesse movimento, o romance expõe a independência como reorganização da Matriz Colonial do Poder (MCP) sob novas formas, conforme apontado por Mignolo (2007). A personagem metonímica Lucero emerge, nesse contexto, como figura central de

desestabilização simbólica. Sua posição entre liberdade formal e subalternização material, entre silêncio imposto e intervenção crítica, encarna a própria encruzilhada epistemológica discutida no marco teórico do artigo.

Lucero, além de testemunhar os acontecimentos, interfere na diegese por meio de comentários sutis, gestos, silêncios e reações corporais que tensionam o discurso do poder, revelando fissuras no imaginário colonial. Sua presença revela que o silenciamento constitui uma prática de dominação que atravessa o período colonial e chega até a modernidade, sustentada pela colonialidade do poder, do saber e do ser (Quijano, 2014).

Os recursos escriturais mobilizados no romance – como a heteroglossia, a ironia e a carnavalização – reforçam o pertencimento da obra à vertente crítica/desconstrucionista do novo romance histórico latino-americano, modalidade da segunda fase do gênero romance histórico (Fleck, 2017). Esses procedimentos, entretanto, são mobilizados no interior de um projeto estético decolonial, no qual a desconstrução formal do discurso historiográfico articula-se à opção ideológica decolonial, orientada à problematização da matriz colonial do saber e à reconfiguração dos sentidos históricos e literários a partir de um lugar de enunciação outro.

Em resposta ao problema que orienta este artigo, a Sociologia e a História contribuem para a análise literária e para a formação de um leitor literário decolonial à medida que deslocam a obra de ficção de um espaço estético para o campo do enfrentamento político e epistêmico. A sociologia amplia a leitura literária, evidenciando as ficções de poder que organizam o imaginário coletivo, ao oferecer instrumentos para compreender as estruturas sociais, as hierarquias raciais e os regimes de poder que atravessaram e atravessam a produção e a circulação dos discursos. A História, por sua vez, expõe os processos de construção da memória coletiva e, com isso, permite que o texto literário seja compreendido como uma reescrita crítica do passado.

No caso de *La visita de Bolívar* (2018), a articulação desses campos revela como o romance histórico crítico opera práticas de desimaginação ao tensionar o mito de Simon Bolívar e ao expor a permanência da colonialidade nas narrativas fundacionais latino-americanas. Assim, a encruzilhada entre a Sociologia e História no campo analítico literário enriquece a interpretação do texto, ao mesmo tempo em que forma um leitor capaz de reconhecer silenciamentos, identificar continuidades coloniais e exercer uma leitura crítica do mundo, contribuindo para a sua formação leitora decolonial.

Dessa forma, o romance, que compôs o nosso *corpus* de análise, reafirma o potencial da Literatura Latino-americana como espaço de desobediência epistêmica, e a mostra como via profícua de descolonização das mentes, das identidades e do imaginário. À vista disso, o nosso artigo sustenta o debate de que a articulação entre imaginação literária e a imaginação sociológica amplia os horizontes críticos da leitura histórica, permitindo compreender como as ficções de poder operam na constituição das identidades nacionais e na manutenção das hierarquias étnicas e sociais.

La visita de Bolívar (2018), de Herbert Morote demonstra que imaginar outros mundos exige, antes, desimaginar/desterritorializar e reterritorializar os mitos que naturalizam a dominação. Nesse viés, o romance analisado configura-se como um projeto estético decolonial, pois contribui para a construção de novas formas de leitura, memória e consciência histórica, capazes de desafiar os regimes de saber herdados da modernidade colonial.

Referências

- AÍNSA, F. La nueva novela histórica latinoamericana. *Plural*, México, v. 240, p. 82-85, 1991.
- BAKHTIN, M. *Problemas de la poética de Dostoievski*. Tradução de Tatiana Bubnova. México: Fondo de Cultura Económica, 2003.
- CABRERA, J. R. Europeu não significa universal. Brasileiro não significa nacional. *Nabuco: Revista Brasileira de Humanidades*, Belo Horizonte, n. 2, p. 1-46, 2014
- CANDIDO, A. *Literatura e sociedade: estudos de teoria e história literária*. São Paulo: T. A. Queiroz, 2000.
- DUSSEL, E. 1492: *El encubrimiento del otro: hacia el origen del "mito de la modernidad"*. Lima: Editorial Abya-Yala, 1994.
- FERNANDES, F. *A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica*. Curitiba: Kottet Editorial; São Paulo: Editora Contracorrente, 2020.
- FLECK, G. F. *O romance histórico contemporâneo de mediação: entre a tradição e o desconstrucionismo - releituras críticas da História pela ficção*. Curitiba: CRV, 2017.
- FLECK, G. F. Leituras de narrativas híbridas de história e ficção: A formação do leitor literário decolonial no Ensino Fundamental. In: FLECK, G. F.; CORBARI, C. C. (org.). *Narrativas híbridas de história e ficção infantis e juvenis brasileiras: leituras*. Vol. I. São Carlos: Pedro & João, 2023, p. 13-61. Disponível em: <https://pedroejoaoeditores.com.br/produto/narrativas-hibridas-de-historia-e-ficcao-infantis-e-juvenis-brasileiras-leituras/>. Acesso em: 29 out. 2024.
- FLECK, G. F.; CORBARI, C. C. (orgs.). *Narrativas híbridas de história e ficção infantis e juvenis brasileiras: leituras*. São Carlos: Pedro & João Editores, 2023. Disponível em:

<https://pedroejoaoeditores.com.br/produto/narrativas-hibridas-de-historia-e-ficcao-infantis-e-juvenis-brasileiras-leituras-vol-ii/>. Acesso em: 10 jan. 2025.

FLECK, G. F. *A formação do leitor literário decolonial: vias à descolonização das mentes, das identidades e do imaginário na América Latina*. 1. ed. Campinas: Pontes Editores, 2025.

FREIRE, P. *A importância do ato de ler: em três artigos que se completam*. São Paulo: Cortez, 2021.

KILOMBA, G. *Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano*. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

MARX, K. *Manuscritos Econômico-Filosóficos*. Tradução de Jesus Ranieri. São Paulo: Boitempo, 2010.

MÉSZÁROS, I. *Filosofia, ideologia e ciências sociais: ensaios de negação e afirmação*. São Paulo: Boitempo, 2008

MIGNOLO, W. *Histórias locais/projetos globais: colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003

MIGNOLO, W. Desobediência epistêmica: a opção decolonial e o significado de identidade em política. Trad. Ângela Lopes Norte *Cadernos de Letras da UFF*, n. 34, p. 287-324, 2008. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/gragoata/article/view/33191> Acesso em: 11 nov. 2025.

MILLS, C. W. *A Imaginação Sociológica*. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1969.

MOMBAÇA, J. *Não vão nos matar agora*. Rio de Janeiro: Cobogó, 2021.

MOURA, C. *Sociologia do negro brasileiro*. 2. ed. São Paulo: Perspectiva, 2019.

MOROTE, H. *La visita de Bolívar*. Lima, Perú: Biblioteca Nacional del Perú, 2018.

QUIJANO, A. *Modernidad, identidad y utopía en América Latina*. Lima: Sociedad y Política Ediciones, 1988

QUIJANO, A. Colonialidad del poder, eurocentrismo y América Latina. In: LANDER, E. (Org.). *La colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales*. Buenos Aires: CLACSO, 2000.

QUIJANO, A. *Cuestiones y horizontes: de la dependencia histórico estructural a la colonialidad/descolonialidad del poder*. Buenos Aires: Clacso, 2014.

ROBINSON, C. J. *Marxismo negro: a criação da tradição radical negra*. São Paulo: Perspectiva, 2023.

RODRIGUES JUNIOR, L. R. Pedagogias das encruzilhadas. *Revista Periferia*, v. 10, n. 1, p. 71-88, 2018.

SANTIAGO, S. *Uma literatura nos trópicos*. Rio de Janeiro: Rocco, 2000.

SOARES, M. *Letramento: um tema em três gêneros*. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.